

LÍNGUA EM DISPUTA: *LINGUAGEM “NEUTRA”* E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO

LANGUAGE IN DISPUTE: “NEUTRAL” LANGUAGE AND THE CHALLENGES OF INCLUSION

Élidi Preciliana Pavanelli¹

Nos últimos tempos, termos como *todes*, *amigues* e *ile* passaram a integrar com frequência os debates públicos em torno da linguagem. Associados à chamada linguagem neutra, essas formas têm gerado posicionamentos diversos: de um lado, defensores que ressaltam seu caráter inclusivo; de outro, críticos que questionam sua legitimidade ou aplicabilidade. O uso da linguagem neutra tem sido, inclusive, alvo de propostas legislativas em âmbitos municipais e estaduais no Brasil. No entanto, essas iniciativas vêm sendo consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, uma vez que legislar sobre o uso da língua ultrapassa as competências desses entes federativos, sobretudo no campo educacional.

Foi nesse contexto de disputas políticas e culturais, intensificadas pela presença do tema nas redes sociais durante a pandemia de Covid-19, que os professores Fábio Ramos Barbosa Filho e Gabriel de Ávila Othero organizaram a coletânea *Linguagem “Neutra”: Língua e Gênero em Debate*, publicada pela Editora Parábola em 2022. A obra reúne contribuições de diferentes especialistas, com o objetivo de fomentar reflexões entre docentes, linguistas e demais interessados. Em vez de oferecer respostas definitivas, os autores propõem análises embasadas que evidenciam a natureza dinâmica e mutável da linguagem.

A organização do livro busca articular a dimensão teórica com as práticas concretas. Nos seis capítulos iniciais, conceitos e discussões acadêmicas são acompanhados de exemplos para contextualizá-los. Já os três capítulos finais abordam aspectos legais e educacionais, examinando os efeitos e os sentidos atribuídos ao uso da linguagem neutra em diferentes espaços sociais e institucionais.

No primeiro capítulo, *O gênero e o gênero*, o linguista Sírio Possenti, professor titular da Unicamp e especialista em análise do discurso, explora as intersecções entre gênero gramatical e gênero social. A partir de vivências docentes e de uma tabela amplamente compartilhada nas redes sociais que evidencia significados distintos entre substantivos masculinos e femininos (como *cão/cadela*), Possenti argumenta que os termos femininos frequentemente carregam conotações pejorativas, especialmente relacionadas à sexualidade. Ele discute também as perspectivas da gramática, da linguística e do uso popular, apontando como aspectos culturais e ideológicos são frequentemente negligenciados em análises linguísticas. Para Possenti, o uso da língua pode envolver decisões políticas e intervenções conscientes voltadas à redução da discriminação, destacando que suas reflexões são marcadas por sua trajetória e contexto sociopolítico.

No segundo capítulo, *Reversão de gênero gramatical no português brasileiro*, Heronides Moura e Guilherme Ribeiro Colaço Mäder analisam o fenômeno da inversão de gênero gramatical. Termos tradicionalmente masculinos são usados para mulheres e vice-versa, os quais se baseiam em exemplos de tweets e dados do português brasileiro, os autores questionam a ideia de neutralidade do gênero masculino, argumentando que a gramática reflete divisões e assimetrias sociais. Eles identificam três funções principais para a reversão de

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL/UFMT/Cuiabá). Possui graduação em Letras - L.Portuguesa, Inglesa e suas Literaturas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2005), Especialização em Tecnologias na Educação (PUC/RIO) e mestrado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014). E-mail: elidipavanelli@gmail.com

gênero: depreciativa, aproximativa e apreciativa, destacando a predominância de usos positivos para termos masculinos e negativos para os femininos. A análise reforça que a gramática não é neutra, mas sim um reflexo das hierarquias sociais.

O terceiro capítulo, *Conflito de regras e dominância de gênero*, de Raquel Meister Ko Freitag, critica as diretrizes propostas pelo *Guia de Comunicação Inclusiva* da União Europeia, que sugere intervenções na linguagem para promover inclusão. Segundo a autora, essas propostas podem gerar confusão e exclusão, especialmente pela introdução de pronomes neutros, como *x/ile/dile*. Ela também aborda a resistência social e legislativa à linguagem neutra no Brasil, destacando preocupações com a substituição do gênero masculino genérico por formas alternativas que podem, paradoxalmente, marginalizar grupos como as mulheres. Freitag conclui que a adoção de uma linguagem inclusiva exige cuidado, considerando a diversidade de contextos e opiniões.

O quarto capítulo, *A morfologia de gênero neutro e a mudança acima do nível de consciência*, da doutora Silvia Cavalcante, professora associada da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, explora a implementação do gênero neutro na língua portuguesa. A análise utiliza exemplos de textos produzidos por alunos e professores da UFRJ, destacando suas propostas para integrar o gênero neutro em diferentes idiomas. Cavalcante examina alterações morfológicas em substantivos, adjetivos e pronomes no português, visando acolher identidades que não se enquadram nos gêneros binários. Entre as sugestões, está o uso de sufixos como “-e” no lugar de “-a” e “-o”, criando formas como “alune” em substituição a “aluno” ou “aluna”.

A autora também discute os desafios dessa mudança em uma língua com regras normativas estabelecidas, enfrentando resistência de quem prefere manter formas tradicionais ou considera o processo complexo. Apesar disso, Cavalcante conclui que o uso do gênero neutro tem ganhado espaço em diversos contextos sociais, acadêmicos e profissionais, refletindo uma sociedade mais inclusiva. Ela enfatiza que essas alterações não são apenas linguísticas, mas carregam significados sociais e culturais importantes.

O quinto capítulo, *Feminismo, mídias digitais e linguagem inclusiva*, colaboração entre Anna Christina Bentes, professora do Departamento de Linguística da Unicamp, Rafaely Carolina da Cruz, doutoranda em Linguística; e Carolina Jansen Gandara Mendes, graduanda em Letras na Unicamp, analisa práticas de linguagem inclusiva em produções de coletivos feministas nas mídias digitais entre 2019 e 2021, com ênfase na marcação de gênero. As autoras identificam diferentes estratégias de marcação: o uso coordenado de formas masculinas e femininas, a coordenação de três formas de gênero, a substituição de morfemas tradicionais por formas neutras, e o uso exclusivo de formas femininas. Elas observam que a marcação coordenada é comum em textos direcionados a públicos amplos, enquanto o sufixo neutro “-e” é empregado em menor frequência. O uso exclusivo do feminino predomina em textos voltados a grupos com identidades compartilhadas. O estudo conclui que a variedade de marcas de gênero evidencia um "estilo social", o qual reflete a identidade e os objetivos discursivos de quem adota a linguagem inclusiva.

O sexto capítulo, *Quem é ela? A invenção de um pronome não binário*, de autoria de Danniell Carvalho, linguista da Universidade Federal da Bahia, examina a criação e a implementação de pronomes não binários no português. Carvalho, que adota uma abordagem crítica, considera os valores de gênero atribuídos aos pronomes pessoais como logofóricos, ou seja, representações linguísticas de atribuições sociais e culturais. Ele utiliza a ideia de "fala dentro da fala", descrita por Jakobson, para explicar como o gênero gramatical reflete convenções linguísticas compartilhadas por uma comunidade.

Carvalho também discute a distribuição de gênero em diferentes línguas, normalmente restrita aos valores feminino e masculino, e apresenta tentativas de introduzir formas não binárias. Ele reflete sobre as dificuldades enfrentadas no Brasil para incorporar pronomes

neutros, analisando as barreiras culturais e linguísticas que limitaram sua aceitação. Por fim, o autor argumenta que, mais do que neutralizar o gênero, é essencial buscar uma justiça de gênero nas línguas, respeitando as demandas por inclusão e diversidade.

No sétimo capítulo, *Projetos de lei contrários à “linguagem neutra” no Brasil*, Fábio Ramos Barbosa Filho, organizador da obra e professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analisa seis propostas legislativas que buscam proibir o uso da linguagem neutra. Ele inicia a reflexão destacando que “as línguas sempre entretêm alguma relação com os espaços políticos, com os territórios e com a vida material das diferentes sociedades históricas” (p. 143), situando o debate em um contexto de mudanças políticas que atravessam a história do Brasil. Barbosa Filho examina esse fenômeno contemporâneo com foco na linguagem neutra.

O autor enfatiza que não busca emitir juízos de valor sobre os projetos analisados, mas sim levantar dúvidas e reflexões. Ele sugere que a controvérsia em torno da linguagem neutra não é meramente linguístico-gramatical, é essencialmente semântica, envolvendo questões de significado e interpretação. Ao investigar os argumentos e justificativas desses projetos expõe possíveis motivações subjacentes, questionando quem ou o que estaria sendo impactado pelas mudanças associadas à adoção da linguagem neutra. Assim, conclui que tais propostas frequentemente refletem um “fascismo linguístico”, que instrumentaliza a língua como veículo para combater o que seus defensores denominam “ideologia de gênero”.

No oitavo capítulo, *Contribuições para intervir na esfera pública: projeto de lei sobre a linguagem inclusiva de gênero*, Mara Glozman, professora e pesquisadora do Instituto de Linguística da Universidade de Buenos Aires, apresenta um projeto de lei argentino que propõe a adoção da linguagem inclusiva. Glozman descreve os objetivos e a fundamentação teórica do projeto, desenvolvido em colaboração com uma deputada nacional e uma comissão técnica. A autora analisa trechos do texto legislativo, demonstrando como as pluralidades de formas linguísticas coexistentes promovem liberdade de expressão e fortalecem direitos já estabelecidos. Ela também identifica paralelos entre os desafios enfrentados pelas sociedades argentina e brasileira em relação ao tema, destacando a importância de respeitar a diversidade cultural e linguística.

Por fim, no nono capítulo, *A linguagem neutra e o ensino de língua portuguesa na escola*, Samuel Gomes de Oliveira, doutor em Letras e professor no município de Canoas (RS), explora como a neutralização de gênero pode ser incorporada ao ensino da língua portuguesa. Oliveira defende que a linguagem neutra deve ser abordada nas escolas, considerando sua relevância social e seu potencial para fomentar a reflexão crítica. Ele enfatiza que professores de língua portuguesa desempenham um papel central nesse processo, sendo responsáveis por mediar debates sobre o poder simbólico da linguagem e suas implicações sociais. O capítulo inclui sugestões práticas para que educadores incorporem o tema em suas aulas de forma construtiva e reflexiva.

É possível concluir que o livro oferece um panorama multifacetado e crítico sobre a linguagem neutra, evidenciando sua relevância para debates contemporâneos sobre inclusão e justiça social. Longe de propor respostas simples, a obra convida à reflexão e ao diálogo, mostrando como as questões linguísticas estão intrinsecamente ligadas a dinâmicas culturais e políticas.

Data de submissão: 16.09.2025

Data de aprovação: 15.12.2025

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. (org.) **A Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate**. São Paulo: Parábola, 2022.